

REGULAMENTO DE GESTÃO

IMOMARVÃS, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

2021-08-20

A autorização do Fundo significa que a CMVM considera a sua constituição conforme com a legislação aplicável, mas não envolve da sua parte qualquer garantia ou responsabilidade quanto à suficiência, veracidade, objetividade ou atualidade da informação prestada pela Sociedade Gestora neste Regulamento de Gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do Fundo.

Capítulo I

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O FUNDO, A SOCIEDADE GESTORA E OUTRAS ENTIDADES

1. O Fundo

- a)** O FUNDO denomina-se por “IMOMARVÃS, FIIF – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado”, de ora em diante abreviadamente designado por FUNDO.
- b)** O FUNDO é um fundo imobiliário fechado, constituído por subscrição particular, dirigido a investidores não exclusivamente institucionais.
- c)** O Fundo constitui-se como organismo de investimento imobiliário, sendo fechado, de subscrição particular e de distribuição, regendo-se pelo disposto no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pelo pela Lei n.º 16/2015, de 16 de fevereiro, e pelo Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) n.º 2/2015, relativa aos Organismos de Investimento Coletivo (Mobiliários e Imobiliários) e Comercialização de Fundos de Pensões Abertos de Adesão Individual.
- d)** O FUNDO foi autorizado em 22 de novembro de 2006, por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, adiante designada abreviadamente CMVM e foi constituído em 12 de dezembro de 2006 por um prazo inicial de 9 anos, contados a partir da data da sua constituição.
- e)** A duração do FUNDO pode ser prorrogada por um ou mais períodos inferiores ou iguais a 9 anos, de acordo com deliberação favorável da Assembleia de Participantes, e mediante autorização da CMVM. É condição essencial para a autorização da prorrogação.
- f)** A Assembleia de Participantes, em assembleia a 16 de janeiro de 2015 deliberou a prorrogação do fundo por um novo período de 9 anos a contar da sua renovação.
- g)** No caso de se verificar a prorrogação do prazo do FUNDO, os Participantes que tenham votado contrariamente a tal prorrogação em Assembleia de Participantes, terão o direito a obter o reembolso, total ou parcial, das Unidades de Participação que detiverem, devendo comunicar tal intenção por carta registada dirigida à Sociedade Gestora.
- h)** Com ressalva do previsto no número anterior, a prorrogação do prazo do FUNDO em nada afetará os direitos e obrigações da Sociedade Gestora ou dos Participantes, nos termos da Lei e deste Regulamento de Gestão.
- i)** A data da última atualização do regulamento de gestão foi em 14 de dezembro de 2020.
- j)** O Fundo tem à data da constituição 6 Participantes.
- k)** O capital inicial do FUNDO foi de 17 milhões de Euros (€ 17.000.000), representado por 17.000 Unidades de Participação no valor unitário de subscrição inicial de mil Euros (€ 1.000).

l) O capital do FUNDO pode ser aumentado, por uma ou mais vezes, por deliberação da Assembleia de Participantes, mediante prévia autorização da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos definidos neste Regulamento.

m) A 07 de setembro de 2015 foi deliberado o aumento de capital de € 88.560,84 (oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta euros e oitenta e quatro cêntimos), tendo o mesmo sido concretizado em € 83.896,54 (oitenta e três mil oitocentos e noventa e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos). Em 28 de abril de 2017 foi concretizado um novo aumento de capital no montante de € 69.972,25 (sessenta e nove mil novecentos e setenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos).

n) A 23 de fevereiro de 2018 foi deliberado o aumento de capital que correspondesse, nos termos da legislação, a 248 novas Unidades de Participação. A 20 de março foi concretizado o novo aumento de capital no montante de € 100.107,70 que, nessa mesma data, correspondia às 248 Unidades de Participação.

o) A 18 de novembro de 2019 foi deliberado o aumento de capital até ao limite de € 450.000,00. A 27 de novembro foi concretizado o novo aumento no montante de € 449.908,77, a que nessa data correspondia a 1239 novas Unidades de Participação.

p) A 11 de novembro de 2020 foi deliberado o aumento de capital no montante de cerca de € 400.000,00. A 11 de novembro foi concretizado o novo aumento no montante de € 400.127,38 a que nessa data correspondia a 1180 novas Unidades de Participação.

2. A entidade responsável pela gestão

- a)** A administração, gestão e representação do FUNDO compete à Montepio Valor – SGOIC, S.A., designada abreviadamente por Sociedade Gestora, por mandato dos Participantes, que se considera atribuído por simples subscrição das Unidades de Participação.
- b)** A Montepio Valor – SGOIC, S.A., foi constituída por escritura pública em 20 de janeiro de 1997 e iniciou a sua atividade em 20 de janeiro de 1997 por duração indeterminada, com sede na Rua Soeiro Pereira Gomes, Lote 1 - 7º piso C/D, em Lisboa.
- c)** A Sociedade Gestora é uma Sociedade Anónima, cujo capital social, inteiramente realizado, é de € 1.550.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil Euros).
- d)** A Entidade Gestora constituiu-se em 20 de janeiro de 1997 e encontra-se registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) como Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, autorizada desde 21 de Março de 1997
- e)** A composição dos Órgãos Sociais da Sociedade Gestora é a seguinte:

1. Mesa da Assembleia-geral:

Presidente: Rui Manuel da Silva Alves

Vice-Presidente: Joana Rosário Ramalho Passinhas

Secretário: Anabela Muralha Santos

2. Conselho de Administração:

Vogal do Conselho e Presidente da Comissão Executiva: Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro

Vogal do Conselho e da Comissão Executiva: Francisco José Gonçalves Simões

Vogal do Conselho e da Comissão Executiva: Maria Margarida Carrusca Pontes do Rosário
Ribeiro de Andrade

Vogal do Conselho não executivo e independente: João Carlos Carvalho das Neves

3. Conselho Fiscal:

Presidente: Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

Vice-Presidente: Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

Vogal: Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

Suplente do Conselho Fiscal:

Vogal: António Francisco de Araújo Pontes

4. ROC:

PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
Lda.

Suplente(s) do ROC:

Carlos José Figueiredo Rodrigues

5. As principais funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração fora da sociedade são os seguintes:

1. Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro

Nenhuma

2. Francisco José Gonçalves Simões

Nenhuma

3. Maria Margarida Carrusca Pontes do Rosário Ribeiro de Andrade

Vogal do Conselho de Administração do Montepio Gestão de Ativos, ACE.

4. João Carvalho das Neves

Professor Catedrático no Instituto Superior de Economia e Gestão;
Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, S.A.

- f)** Relações de grupo com as outras entidades: O capital da Sociedade Gestora é detido em 100% pela Montepio Holding, SGPS, SA. O capital social da Montepio Holding, SGPS, SA é detido em 100% pela Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A., que é a Entidade Depositária e Colocadora do Fundo.
- g)** Outros fundos geridos pela Sociedade Gestora (ver Mapa A).
- h)** Compete à Sociedade Gestora, a prática de todos os atos e operações necessários ou convenientes à boa administração do FUNDO, de acordo com critérios de elevada diligência e competência profissional, e, em especial:
1. Selecionar os ativos que devem constituir o FUNDO de Investimento, de acordo com a política de investimentos prevista no presente Regulamento de Gestão;
 2. Celebrar os negócios jurídicos e realizar todas as operações necessárias à execução da política de investimentos prevista no presente Regulamento de Gestão e exercer os direitos direta ou indiretamente relacionados com os valores do FUNDO;
 3. Efetuar as operações adequadas à execução da política de distribuição dos resultados prevista no presente Regulamento de Gestão;
 4. Emitir, em ligação com o Depositário, as Unidades de Participação e autorizar o seu reembolso;
 5. Determinar o valor patrimonial das Unidades de Participação;
 6. Manter em ordem a escrita do FUNDO;
 7. Dar cumprimento aos deveres de informação estabelecidos por lei ou pelo presente Regulamento de Gestão;
 8. Controlar e supervisionar as atividades inerentes à gestão dos ativos do FUNDO, nomeadamente o desenvolvimento dos projetos objeto de promoção imobiliária nas

suas respetivas fases.

- i) No exercício das suas atribuições, a Sociedade Gestora observará os condicionalismos legais em vigor, nomeadamente os que se referem às operações especialmente vedadas.
- j) A Sociedade Gestora e o Depositário respondem solidariamente perante os Participantes pelo cumprimento das obrigações contraídas nos termos da Lei e do presente Regulamento de Gestão.
- k) A Sociedade Gestora e o Depositário respondem, designadamente, pelos prejuízos causados aos Participantes em consequência de erros e irregularidades na valorização do património do FUNDO e na distribuição dos resultados, estando definido no Regulamento da CMVM nº 1/2005 os termos da prestação das informações à CMVM e as condições em que os Participantes devem ser compensados.
- l) O recurso por parte da Sociedade Gestora a serviços de terceiras entidades não afeta a responsabilidade prevista no presente regulamento.

3. As entidades subcontratadas

Não existem entidades subcontratadas pela Sociedade Gestora.

4. O Depositário

- a) A entidade depositária do Fundo é a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A., com sede na Rua Castilho, n.º 5, 1250-066 Lisboa e encontra-se registada na CMVM como intermediário financeiro desde 29 de julho de 1991.
- b) Ao Depositário competem, designadamente, as seguintes funções:
 - 1. Assumir uma função de vigilância e garantir perante os Participantes o cumprimento da Lei e do presente Regulamento, especialmente no que se refere à política de investimentos e ao cálculo do valor patrimonial das Unidades de Participação;
 - 2. Executar as instruções da Sociedade Gestora, salvo se forem contrárias à lei ou ao presente Regulamento de Gestão;
 - 3. Receber em depósito ou inscrever em registo os valores mobiliários do FUNDO;
 - 4. Assegurar o pagamento aos Participantes dos pedidos de reembolso das Unidades de Participação, nos casos em que tal tenha aplicação, nos termos regulados no presente Regulamento;
 - 5. Exercer as demais funções previstas na lei e no presente Regulamento de Gestão.

- c) A Entidade Gestora poderá nomear outro Depositário, se dessa nomeação resultar um benefício para o Fundo e para os participantes, devendo, para os efeitos instruir devidamente o pedido junto da Entidade de Supervisão.
- d) O recurso por parte do Depositário a serviços de terceiras entidades não afeta a responsabilidade prevista na presente secção.
- e) As relações entre a Entidade Depositária e a Sociedade Gestora regem-se por contrato escrito, nos termos da legislação em vigor.

5. As entidades comercializadoras

- a) A entidade encarregue da colocação das Unidades de Participação do Fundo junto dos investidores será o Banco Depositário.
- b) A colocação do Fundo será efetuada exclusivamente na sede central do Depositário, na Rua Castilho, n.º 5, 1250-066 Lisboa.

6. Os Peritos Avaliadores de Imóveis

As avaliações dos ativos imobiliários, que integram a carteira do FUNDO, são efetuadas pelos seguintes peritos avaliadores independentes:

Nome	Nº de Registo
Água Branca - Projectos de Engenharia Unipessoal, Lda.	PAI/03/002
Benege - Serviços de Engenharia e Avaliações, Lda.	PAI/03/006
Brick – Serviços de Engenharia, Lda.	PAI/09/048
Casaol – Avaliação e Gestão de Projetos Imobiliários, Lda.	PAI/06/010
Cerat – Consultores de Engenharia, S.A.	PAI/05/009
Custo Marginal Serv. Avaliação Imobiliária e Consultoria, Lda.	PAI/13/068
Eng.º Francisco Estêvão Magalhães M. Sottomayor	PAI/08/001
Eng.º Paulo Jorge Norte Castanheira	PAI/11/114
Garen – Avaliações de Activos, Lda.	PAI/07/019
Handbiz, Lda.	PAI/11/054
JPCarvalho Consultoria de Engenharia, Lda.	PAI/16/307
Ktesios Appraisal – Consultoria e Avaliação Imobiliária, Lda.	PAI/09/049
Luso-Roux, Avaliações, Lda.	PAI/16/160
M. Ramos – Engenheiros e Consultores Associados, Lda.	PAI/08/018
Mencovaz – Consultoria Imobiliária e Avaliações, Lda.	PAI/08/011
Neoconsul – Estudos e Consultoria Imobiliária, S.A.	PAI/07/012
Oval – Gabinete de Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda	PAI/03/040
Prime Yield – Consultoria Avaliação Imobiliária, Lda.	PAI/05/013

Nome	Nº de Registo
Promatt – Avaliação e Gestão Imobiliária, Lda	PAI/017/063
PVW TINSA – Avaliações Imobiliárias, Lda.	PAI/03/050
REVC - Real Estate Valuers and Consultants, Lda.	PAI/13/102
Rockvalue Consulting Portugal, Lda.	PAI/11/023
Structure Value – Soc. Consultoria e Avaliação Ativos, Lda.	PAI/09/047
Terraval - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda.	PAI/05/003
Torres Mascarenhas, Lda.	PAI/10/054
Valtecsa – Sociedade de Avaliação de Bens, Lda.	PAI/06/0003

7. O Auditor

O auditor do Fundo é a BDO & Associados – SROC, com a sede na Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, com o Nº Inscrição como Auditor Externo na CMVM: 20161384.

8. O Comité Consultivo

- a) O FUNDO terá um Comité Consultivo, composto por 3 representantes designados pelos Participantes e 3 elementos designados pela Sociedade Gestora.
- b) O Comité Consultivo reunirá pelo menos uma vez por semestre, sem prejuízo de os Participantes e os elementos da Sociedade Gestora representados no Comité Consultivo, estarem ambos de acordo em que não haja necessidade de se reunirem.
- c) Competirá exclusivamente à Sociedade Gestora a convocação do Comité Consultivo, mediante o envio de carta registada com aviso de receção a cada um dos membros do Comité Consultivo que representem os Participantes, com a antecedência mínima de 15 dias relativamente à data proposta para a sua realização.
- d) Competirá ao Comité Consultivo:
 1. Acompanhar as atividades da Sociedade Gestora, nomeadamente pronunciar-se quanto a investimentos e desinvestimentos relevantes do FUNDO;
 2. Pronunciar-se sobre os termos e condições do desenvolvimento urbanístico de terrenos, nomeadamente, sobre os projetos de loteamento e obras de urbanização, a realização das obras de urbanização ou de construção, a coordenação e fiscalização das obras, bem assim sobre as diligências a tomar tendentes à sua expedita aprovação e licenciamento e sobre a evolução da comercialização de cada projeto;

3. Pronunciar-se sobre os termos e condições da contratação de terceiros para a comercialização dos bens propriedade do Fundo, manifestando-se sobre a forma de comercialização;
4. Pronunciar-se sobre a contratação de entidades e de técnicos para a realização de estudos e projetos urbanísticos e arquitetónicos, para a realização das obras de urbanização ou de construção, bem como para a coordenação e a fiscalização de obras;
5. Prestar informações sobre o andamento dos processos de promoção imobiliária;
6. Pronunciar-se sobre financiamentos a obter pelo Fundo.

Capítulo II

POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÓNIO DO FUNDO E POLÍTICA DE RENDIMENTOS

1. Política de investimento do organismo de investimento coletivo

1.1. Política de investimento

- a) O objetivo de investimento do FUNDO é o de alcançar, numa perspetiva de longo prazo, uma valorização satisfatória do capital, através da constituição e gestão de um conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários, nos termos e segundo as regras previstas neste Regulamento, e baseado em critérios de prudência, estabilidade, escolha criteriosa e rentabilidade, de forma a acautelar e valorizar os interesses dos Participantes.
- b) O FUNDO é administrado por conta dos Participantes tendo em vista a valorização das participações e dos rendimentos a distribuir, bem como o desempenho das suas finalidades económicas e financeiras.
- c) Tendo em atenção o seu objetivo, o FUNDO poderá ser constituído pelos ativos que, nos termos e condições estabelecidas nas disposições legais e regulamentares aplicáveis, são passíveis de integrar o património dos fundos de investimento fechados de subscrição particular, nomeadamente em valores imobiliários ou outros ativos equiparáveis e acessoriamente em liquidez. O património do FUNDO poderá ainda ser constituído por participações em sociedades imobiliárias e Unidades de Participação em outros Fundos Imobiliários.
- d) Como forma de atingir o objetivo definido, o FUNDO privilegia o desenvolvimento de projetos de urbanização e construção de imóveis destinados nomeadamente a escritórios, comércio, habitação, armazéns e indústria para sua posterior venda ou arrendamento. O FUNDO orientará ainda a sua política de investimentos, entre outros:
 1. Pela aquisição de imóveis urbanos ou frações autónomas destinadas a logística, comércio, habitação e serviços, entre outras funções imobiliárias;

2. Pelo arrendamento dos imóveis que façam parte do FUNDO, com vista a permitir o melhor aproveitamento;
 3. Pela promoção de programas de loteamento para construção, em terreno situado em solo urbano, considerando-se como tal aquele para o qual esteja reconhecida vocação para o processo de edificação de acordo com o estabelecido no Plano Municipal de Ordenamento do Território, destinados a posterior venda, construção ou promoção pelo FUNDO.
- e) Os imóveis detidos pelo FUNDO correspondem a prédios urbanos ou frações autónomas e devem estar localizados em Portugal.
- f) Não podem ser adquiridos pelo FUNDO imóveis em regime de compropriedade, exceto no que respeita à compropriedade de imóveis funcionalmente ligados à exploração de frações autónomas do FUNDO e do disposto no número seguinte.
- g) O FUNDO pode adquirir imóveis em regime de compropriedade com outros Fundos de Investimento ou com Fundos de Pensões, no âmbito do desenvolvimento de projetos de construção de imóveis, e desde que exista um acordo sobre a constituição da propriedade horizontal, o que deverá verificar-se logo que estejam reunidas as condições legais.
- h) Considera-se liquidez: numerário, depósitos bancários, certificados de depósito, Unidades de Participação de fundos de tesouraria e valores mobiliários emitidos ou garantidos por um Estado-Membro da Comunidade Europeia com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses.

1.2. Parâmetro de referência (benchmark)

O Fundo não adota nenhum parâmetro de referência do mercado.

1.3. Limites ao investimento e de endividamento

A carteira de valores do Fundo será constituída dentro dos limites previstos nas normas legais e regulamentares, que há data vigorem para os Organismos de Investimento Coletivo em que este se enquadre.

2. Instrumentos financeiros derivados, reportes e empréstimos

- a) A Sociedade Gestora pode utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco do património do FUNDO que administra.
- b) São admissíveis os instrumentos financeiros derivados transacionados em mercados regulamentados ou fora deles e cujo ativo subjacente e maturidade correspondam à natureza dos ativos e passivos detidos pelo FUNDO.

- c) A exposição resultante aos ativos subjacentes dos instrumentos financeiros derivados não pode ser superior ao valor do património líquido do FUNDO.
- d) Sempre que sejam utilizados instrumentos financeiros derivados transacionados fora de mercado regulamentado, o FUNDO não pode, relativamente a cada contraparte, apresentar uma exposição superior a um terço do seu património, medida nos termos do número anterior.

3. Valorização dos ativos

3.1. Momento de referência da valorização

A unidade de participação é calculada no último dia útil de cada mês, às dezoito horas.

3.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da unidade de participação

- a) O cálculo do valor dos imóveis é feito com base no seu valor venal estando os imóveis sujeitos a avaliações com uma periodicidade mínima de 12 meses por dois peritos independentes, e ainda nas seguintes situações:
 1. Previamente à sua aquisição e alienação, não podendo a data de referência da avaliação do imóvel ser superior a seis meses relativamente à data do contrato em que é fixado o preço da transação;
 2. Previamente ao desenvolvimento de projetos de construção, por forma, designadamente, a determinar o valor do imóvel a construir;
 3. Previamente às operações de aumento e de redução de capital, não podendo a data de referência da avaliação dos imóveis ser superior a 6 meses relativamente à data da realização do aumento ou da redução;
 4. Sempre que ocorram circunstâncias suscetíveis de induzir alterações significativas no valor do imóvel.
- b) Os imóveis acabados são valorizados pela média simples dos valores atribuídos pelos dois peritos avaliadores de imóveis.
- c) Os imóveis adquiridos em regime de compropriedade são inscritos no ativo do FUNDO na proporção da parte por este adquirida, respeitando a regra constante do número anterior.
- d) Os imóveis adquiridos em regime de permuta são avaliados no ativo do FUNDO pelo seu valor de mercado, sendo a responsabilidade decorrente da contrapartida respetiva, inscrita no passivo do FUNDO, registada ao seu preço de custo ou de construção.
- e) Os projetos de construção são valorizados, até ao momento da sua conclusão, pelo valor de aquisição do imóvel ou imóveis urbanos em que serão desenvolvidos, acrescidos de todos os custos inerentes ao seu desenvolvimento sem prejuízo de poderem ser reavaliados por um dos seguintes métodos de avaliação - Método

comparativo, Método do rendimento ou Método do custo – ou sempre que o auto de medição da situação da obra, elaborado pela empresa de fiscalização, apresentar uma incorporação de valor superior a 10% relativamente ao anterior.

- f) São definidos por Regulamento da CMVM os requisitos de competência e independência dos peritos avaliadores no âmbito da atividade desenvolvida para efeitos do presente Regulamento de Gestão, os critérios e normas técnicas de avaliação dos imóveis, o conteúdo dos relatórios de avaliação e as condições de divulgação destes relatórios ou das informações neles contidas, bem como do seu envio à CMVM.
- g) As Unidades de Participação de fundos de investimento são avaliadas ao último valor divulgado ao mercado pela respetiva Sociedade Gestora, exceto no caso de Unidades de Participação admitidas à negociação em mercado regulamentado às quais se aplica o disposto no número seguinte.
- h) O valor líquido global do FUNDO é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, avaliados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, a importância dos encargos efetivos ou pendentes.
- i) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrarem cotadas, caso em que se utilizarão os câmbios obtidos ao meio-dia de Lisboa, através da consulta dos sistemas de informação da Bloomberg, Reuters e Telerate.
- j) O valor da Unidade de Participação calculado mensalmente com referência ao último dia útil de cada mês poderá ser, superior, inferior ou igual ao do mês anterior. A oscilação do valor da Unidade de Participação é função da variação do valor dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de Unidades de Participação em circulação.

4. Comissões e encargos a suportar pelo organismo de investimento coletivo

4.1 Comissão de Gestão

- a) Pelo exercício da sua atividade a Sociedade Gestora, receberá do FUNDO uma comissão mensal, no valor de € 3.000,00 (três mil euros).
- b) O valor previsto na alínea a) mantêm-se até à data em que se verifique a primeira alienação total ou parcial de qualquer imóvel que integre o património do fundo, traduzindo-se ela por uma escritura de compra e venda ou pela celebração de um contrato promessa de compra e venda. A partir dessa data a comissão passará a ser de € 6.000,00 (seis mil euros) mensais.
- c) A cobrança da comissão é efetuada mensalmente, no primeiro dia útil do mês seguinte

a que respeita.

4.2 Comissão de Depósito

- a) Pelo exercício das suas funções, o Depositário receberá do FUNDO uma comissão mensal cobrada mensalmente, no primeiro dia útil do mês seguinte a que respeita, no valor de € 500,00 (quinhentos euros).
- b) O valor previsto na alínea a) mantêm-se até à data em que se verifique a primeira alienação total ou parcial de qualquer imóvel que integre o património do fundo, traduzindo-se ela por uma escritura de compra e venda ou pela celebração de um contrato promessa de compra e venda. A partir dessa data a comissão passará a ser de 1.500,00 (mil e quinhentos euros) mensais.

4.3 Outros encargos

- a) Para além da comissão de gestão e da comissão de depósito e de todas as despesas e encargos previstos na Lei e no presente Regulamento de Gestão, o FUNDO suportará todas as despesas, encargos e responsabilidades, relativas ou decorrentes da aquisição, alienação, construção, manutenção e arrendamento de imóveis do FUNDO (adquiridos ou a adquirir) ou conexas com operações sobre valores mobiliários por conta do FUNDO, as relativas ou decorrentes da administração dos ativos do FUNDO, bem como as relativas ou decorrentes da conceção e execução de projetos de desenvolvimento imobiliário relativos aos ativos do FUNDO, nomeadamente:
 - 1. Todas as despesas notariais e registrais e outros encargos legalmente exigidos;
 - 2. Impostos, licenças, taxas e demais imposições legais;
 - 3. Preparos, custas e outras despesas judiciais referentes a processos a que o FUNDO esteja envolvido;
 - 4. Todas as despesas com honorários de advogados e solicitadores;
 - 5. Todos os encargos e despesas relativos à conservação e manutenção dos ativos que integram o FUNDO;
 - 6. Todos os encargos com elaboração de projetos, fiscalização de obras e outros custos subjacentes à promoção imobiliária de imóveis pertencentes ao FUNDO ou relativamente a negócios concretizados para o FUNDO;
 - 7. Os encargos com todos e quaisquer seguros relativos aos imóveis do FUNDO, nomeadamente um seguro de edificação do prédio, a ser contratado pela Sociedade Gestora;
 - 8. Despesas referentes a avaliações e pareceres técnicos nomeadamente relativos à aquisição, desenvolvimento, e alienação de bens patrimoniais, relativamente

a negócios concretizados para o FUNDO, bem como reavaliações a efetuar nos termos legais;

9. Despesas com publicações obrigatórias;
10. Despesas com os Auditores e Revisores Oficiais de Contas;
11. Despesas de condomínio, incluindo água, eletricidade, esgotos, segurança, vigilância, jardinagem, manutenção e conservação de equipamentos, administração de condomínio;
12. Despesas com transferências, conversões cambiais, transações no mercado de capitais e no mercado monetário;
13. Despesas relativas à convocatória e realização das Assembleias de Participantes;
14. A taxa de Supervisão devida, nos termos legais à CMVM, calculada sobre o Valor Líquido Global do FUNDO, correspondente ao último dia do mês;
15. De uma forma geral, todas as despesas decorrentes da compra e venda de valores, bem como as despesas e outros encargos documentados que tenham de ser feitos no cumprimento das obrigações legais, desde que respeitantes a negócios concretizados pelo Fundo.

5. Política de distribuição de rendimentos

- a) A política de rendimentos do FUNDO privilegia a distribuição dos resultados distribuíveis, caracterizando-se consequentemente o FUNDO como um fundo de distribuição.
- b) São distribuíveis os montantes correspondentes aos resultados do FUNDO que excedam as necessidades previsíveis de reinvestimento, salvaguardadas que estejam a solvabilidade e solidez financeira do FUNDO, bem como a sua tesouraria e a normal evolução dos negócios.
- c) Cabe à Sociedade Gestora definir as necessidades previsíveis de reinvestimento, bem como os montantes necessários para salvaguardar a solvabilidade e solidez financeira do FUNDO, a sua tesouraria e a normal evolução dos negócios.
- d) A periodicidade da distribuição dos resultados, se os houver, é determinada anualmente pela Assembleia de Participantes.
- e) As distribuições de resultados que vierem a ser efetuadas serão devidamente publicitadas, no sistema de difusão da CMVM, nomeadamente acedendo ao website www.cmvm.pt.
- f) A distribuição de rendimentos é feita por crédito na conta de depósitos à ordem indicada

pelo(s) participante(s).

Capítulo III

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO E REEMBOLSO

1. Características gerais das unidades de participação

1.1. Definição

O património do organismo de investimento coletivo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação.

1.2. Formas de representação

As Unidades de Participação assumem a forma escritural, para efeitos de subscrição e de reembolso. Pode a Sociedade Gestora, em qualquer momento, optar pela representação em certificados nominativos ou ao portador, nos termos dos artigos 48.º e 49.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não está previsto o pedido de admissão à negociação em qualquer mercado organizado das Unidades de Participação no FUNDO.

2. Valor da unidade de participação

2.1. Valor inicial

As Unidades de Participação tiveram um valor inicial de subscrição de mil euros (€1.000).

2.2. Valor para efeitos de subscrição

O valor da Unidade de Participação para efeitos de subscrição é o último valor conhecido e divulgado na data do pedido de subscrição para a Unidade de Participação do Fundo.

2.3. Valor para efeitos de resgate

O valor das Unidades de Participação para efeitos de reembolso, corresponde ao valor conhecido e divulgado findo o prazo de trinta dias de calendário subsequentes à deliberação em Assembleia de Participantes da prorrogação da duração do Fundo ou da redução do capital do mesmo.

3. Condições de subscrição e de resgate

3.1. Períodos de subscrição e resgate

- a) Dado tratar-se de um Organismo de Investimento Coletivo Fechado, as subscrições só podem ser realizadas em aumento de capital.
- b) Os resgates não são, igualmente, permitidos face à natureza do Fundo.

3.2. Subscrições e resgates em numerário ou em espécie

Mediante autorização de todos os Participantes, a liquidação dos atos de subscrição e de reembolso, aquando da liquidação do FUNDO, de Unidades de Participação, poderá ser realizada em espécie.

4. Condições de subscrição

4.1. Mínimos de subscrição

N/A

4.2. Comissões de Subscrição

N/A

4.3. Data da subscrição efetiva

N/A

4.4. Montante da oferta

A oferta inicial de capital do Fundo foi de € 17.000.000,00 (Dezassete milhões de euros, a que corresponderam 17.000 Unidades de Participação no valor unitário de subscrição inicial de € 1.000,00 (Mil euros). Caso a subscrição de Unidades de participação não atingisse o montante da oferta inicial de capital do Fundo prevista, este considerar-se-ia automaticamente reduzido para o montante de capital efetivamente subscrito.

5. Condições de resgate

5.1. Comissões de Reembolso

N/A

5.2. Pré-aviso

N/A

5.3. Condições de transferência

- a) Os Participantes podem negociar livremente as suas Unidades de Participação, sendo o preço respetivo aquele que for determinado entre o vendedor e o comprador.

- b) Caso se verifique uma transmissão de Unidades de Participação, o transmitente informará a Sociedade Gestora sobre os termos da mesma, por carta registada com aviso de receção, assinada pelo transmitente e pelo transmissário, na qual indicará a data da transmissão, devendo tal carta indicar ainda, em relação ao transmissário se este for uma pessoa singular, o nome completo, domicílio, naturalidade, estado civil, bilhete de identidade e número de contribuinte e, se for uma pessoa coletiva, a denominação social, sede, número de matrícula e número de contribuinte.
- c) O transmissário subroga-se nos direitos e obrigações assumidos pelo transmitente nomeadamente pelo cumprimento do presente Regulamento.
- 6. Condições de suspensão das operações de subscrição das operações de resgate das unidades de participação**

N/A

7. Admissão à negociação

N/A

Capítulo IV DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES

1. Direitos e Obrigações dos Participantes

- a) O Fundo é constituído no regime especial de comunhão dos Participantes, sendo cada Participante titular da quota-parte do Fundo correspondente às Unidades de Participação por si subscritas.
- b) A titularidade de Unidades de Participação confere aos respetivos titulares os seguintes direitos:
1. À titularidade da sua quota-parte dos valores que integram o FUNDO;
 2. A obterem o presente Regulamento de Gestão, junto da Sociedade Gestora e do Depositário, previamente à subscrição;
 3. A consultarem os documentos de prestação de contas do FUNDO, que serão enviados sem encargos aos Participantes que o requeiram;
 4. A subscreverem e resgatarem as Unidades de Participação nos termos da lei e nas condições constantes do presente Regulamento de Gestão;
 5. A receberem a sua quota-parte do FUNDO em caso de liquidação do mesmo;
 6. A serem ressarcidos pela Sociedade Gestora dos prejuízos sofridos sempre que, em

consequência de erros imputáveis àquela ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da Unidade de Participação, a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado de acordo com as normas aplicáveis e o valor efetivamente utilizado nas subscrições e reembolsos seja igual ou superior a 0,5% do valor da Unidade de Participação, sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhe seja reconhecido, nos termos gerais de direito;

7. A receberem a sua quota-parte da parcela dos rendimentos líquidos do FUNDO que forem distribuídos em conformidade com o presente Regulamento de Gestão;
 8. A requererem a liquidação do FUNDO, nos termos da Lei e nas condições fixadas neste Regulamento;
 9. A qualidade de Participante do FUNDO adquire-se mediante a subscrição efetiva de Unidades de Participação, ou pela sua aquisição em mercado secundário.
- c) A subscrição de Unidades de Participação implica a aceitação do presente Regulamento de Gestão e confere à Sociedade Gestora os poderes necessários para realizar os atos de administração do FUNDO, considerando-se que o mandato dos Participantes é atribuído pela simples subscrição das Unidades de Participação e mantêm-se inalterado enquanto a participação perdurar.

2. Assembleia de Participantes

- a) Têm direito a participar na Assembleia de Participantes todos os detentores de Unidades de Participação do FUNDO, cabendo a cada Participante um voto por cada Unidade de Participação detida, podendo fazer-se representar.
- b) Compete à Sociedade Gestora a convocação da Assembleia de Participantes por aviso publicado com um mínimo de trinta dias de antecedência nos meios de divulgação dos deveres de informação consagrados na lei.
- c) Em primeira convocatória, a Assembleia de Participantes poderá deliberar desde que estejam presentes ou representados Participantes que detenham pelo menos dois terços (2/3) das Unidades de Participação do FUNDO e, em segunda convocatória, a Assembleia de Participantes deliberará qualquer que seja o número de Unidades de Participação representado. As deliberações serão tomadas quando aprovadas por maioria simples de votos representados na Assembleia.
- d) Compete à Sociedade Gestora elaborar as correspondentes alterações ao presente regulamento, bem como obter todas as autorizações necessárias junto das autoridades competentes e particularmente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para a concretização das alterações pretendidas.
- e) No caso de se verificar a prorrogação da duração do Fundo, os participantes que pretendem desinvestir após o termo de duração do Fundo inicialmente previsto, poderão fazê-lo através de um pedido de reembolso.

- f) Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Assembleia de Participantes, reúne-se sempre que para tal seja convocada pela Sociedade Gestora, por sua iniciativa ou a pedido dos Participantes que representem, pelo menos 25% das Unidades de Participação em circulação.

3. Prorrogação da Duração do Fundo, Aumento ou Redução do Capital

3.1 Aumentos de capital

- a) Decorridos seis meses desde a data de constituição do FUNDO, a Sociedade Gestora pode convocar uma Assembleia de Participantes tendo em vista deliberar sobre um aumento de capital, respetivos montantes, formas e prazos de realização.
- b) O aumento de capital depende de autorização da CMVM e deverá ser precedido da elaboração de relatórios de avaliação dos imóveis do FUNDO, por dois peritos independentes, com uma antecedência não superior a seis meses, relativamente à data de realização do aumento.
- c) O preço de subscrição será definido nos termos dispostos pela Lei 16/2015.
- d) Salvo se a Assembleia deliberar em sentido diverso, o aumento de capital destina-se quer aos Participantes do FUNDO quer a novos subscritores, existindo direito de preferência para os Participantes do FUNDO na subscrição das novas Unidades de Participação.
- e) A Assembleia de Participantes definirá os termos e condições em que será realizado o aumento de capital, aplicando-se à convocação e funcionamento da Assembleia as regras estabelecidas no ponto 2 do presente Capítulo e, subsidiariamente, nas disposições legais.
- f) Não sendo o aumento de capital totalmente subscrito, ficará limitado às subscrições recolhidas e realizadas, salvo deliberação em contrário da Assembleia de Participantes.

3.2 Prorrogação da duração do fundo

- a) No caso de se verificar uma prorrogação da duração do fundo, os participantes que tenham votado contrariamente a essa prorrogação em Assembleia de Participantes, têm a possibilidade de efetuar um pedido de reembolso da totalidade das unidades de participação de que sejam titulares, nos seguintes termos:
- b) O pedido de reembolso será realizado nos trinta dias subsequentes à deliberação em Assembleia de Participantes da prorrogação da duração do Fundo;
- c) O valor das unidades de participação para efeitos de reembolso, corresponde ao valor conhecido e divulgado no termo do prazo acima referido;
- d) A Sociedade Gestora deverá proceder de uma só vez à liquidação financeira dos reembolsos solicitados, no prazo de noventa dias, contados a partir do termo do prazo

estabelecido para apresentação de respetivo pedido, podendo aquele prazo ser prorrogado até um ano, sempre que para o efeito se verifique a necessidade de proceder à alienação de imóveis;

- e) Caso tenha sido aprovado em Assembleia de Participantes, poderá proceder-se ao reembolso em espécie.
- f) No caso de se verificar uma prorrogação da duração do fundo, os participantes que tenham votado contrariamente a essa prorrogação em Assembleia de Participantes, têm a possibilidade de efetuar um pedido de reembolso da totalidade das unidades de participação de que sejam titulares, nos seguintes termos:
- g) O pedido de reembolso será realizado nos trinta dias subsequentes à deliberação em Assembleia de Participantes da prorrogação da duração do Fundo;
- h) O valor das unidades de participação para efeitos de reembolso, corresponde ao valor conhecido e divulgado no termo do prazo acima referido;
- i) A Sociedade Gestora deverá proceder de uma só vez à liquidação financeira dos reembolsos solicitados, no prazo de noventa dias, contados a partir do termo do prazo estabelecido para apresentação de respetivo pedido, podendo aquele prazo ser prorrogado até um ano, sempre que para o efeito se verifique a necessidade de proceder à alienação de imóveis;
- j) Caso tenha sido aprovado em Assembleia de Participantes, poderá proceder-se ao reembolso em espécie.

3.3 Redução de capital

Adotar-se-á as mesmas regras, com as devidas adaptações para o aumento de capital.

Capítulo V DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

- a) O valor das Unidades de Participação é divulgado, mensalmente no sistema de difusão de informação de CMVM, no dia seguinte ao do seu apuramento, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.
- b) A Sociedade Gestora publicará mensalmente, com referência ao último dia de cada mês anterior, no sistema de difusão da CMVM, website www.cmvm.pt, a composição discriminada das aplicações do FUNDO, o respetivo valor líquido global e o número e valor das Unidades de Participação em circulação.
- c) A Sociedade Gestora terá à disposição dos Participantes do FUNDO, para consulta, na sua sede e na do Depositário, informação discriminada sobre o património do FUNDO. Cabe à

Sociedade Gestora preparar e divulgar relatórios da atividade e das contas do FUNDO e publicitar outras informações periódicas nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis.

- d) Cabe ainda à Sociedade Gestora publicar, até 31 de março de cada ano, no sistema de difusão da CMVM, aviso para dar conta de que os documentos de prestação de contas, compreendendo o relatório de gestão, as contas e o relatório de auditoria, se encontram à disposição para consulta do público na sua sede e no balcão da sede do Depositário, e de que os mesmos serão enviados sem encargos aos Participantes que o requeiram.
- e) O presente Regulamento de Gestão e as respetivas alterações estarão igualmente disponíveis na sede da Sociedade Gestora e no balcão da sede do Depositário.

Capítulo VI CONTAS DOS FUNDOS

- a) As contas do FUNDO são organizadas de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, sendo encerradas anualmente com referência a 31 de dezembro e disponibilizadas para consulta do público nos três meses seguintes à data da sua realização.
- b) As contas do Fundo compreendem o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os respetivos anexos.
- c) As contas do Fundo são encerradas anualmente com referência a 31 de dezembro, e, acompanhadas do relatório de gestão, sendo objeto de relatório de auditoria elaborado por auditor registado junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, que não faça parte do órgão de fiscalização da Sociedade Gestora.
- d) O relatório de gestão deve conter uma descrição das atividades do respetivo período, bem como outras informações que permitam aos participantes formar um juízo fundamentado sobre a evolução da atividade e os resultados do Fundo, podendo a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários determinar a inclusão de outros elementos que considere relevantes.
- e) No relatório de auditoria o auditor deve pronunciar-se, entre outros aspetos, sobre:
 - 1. O adequado cumprimento das políticas de investimento e de distribuição dos resultados definidas neste Regulamento;
 - 2. A inscrição dos factos sujeitos a registo relativos aos imóveis do Fundo;
 - 3. A adequada valorização, pela Sociedade Gestora, dos valores do Fundo;
 - 4. O controlo da realização de transações entre os diferentes fundos de investimentos administrados pela Sociedade Gestora e das operações dependentes de autorização da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, constantes da lei e das decisões da Assembleia de Participantes;

5. O controlo das operações de subscrição e, sendo o caso, de reembolso das unidades de participação do Fundo.

Capítulo VII

Condições de liquidação do Fundo

- a) Findo o prazo inicialmente estabelecido para a duração do Fundo ou sempre que os participantes do FUNDO assim o deliberem em assembleia, aprovada por maioria simples dos votos correspondentes à totalidade das participações, deverá a Sociedade Gestora proceder à liquidação e partilha do Fundo, procedendo de imediato à comunicação do facto à CMVM e à respetiva publicação, nos termos legalmente estabelecidos, indicando o prazo previsto para o termo do processo de liquidação.
- b) O pagamento do produto da liquidação aos Participantes no FUNDO será efetuado à medida que for feita a liquidação do património do FUNDO, devendo a Sociedade Gestora publicar imediatamente o facto no Boletim de Cotações da Euronext Lisboa, e comunicar individualmente esse facto a cada um dos Participantes.
- c) A liquidação do património do FUNDO, seja por termo do prazo, ainda que prorrogado, ou antecipada por deliberação da Assembleia de Participantes, e a correspondente alienação dos seus ativos, deverá ser feita em condições de não prejudicar o interesse dos Participantes, adotando a Sociedade Gestora todos os procedimentos necessários para a salvaguarda dos interesses e dos direitos dos Participantes, devendo ocorrer no prazo máximo de 1 ano a contar da data de início da liquidação, sem prejuízo da possibilidade da CMVM, a requerimento da Sociedade Gestora, prorrogar esse prazo.

Capítulo VIII

Organismos de Investimento Coletivo Fechados

- a) A oferta inicial de capital do Fundo é de € 17.000.000,00 (Dezassete milhões de euros, a que correspondem 17.000 Unidades de Participação no valor unitário de subscrição inicial de € 1.000,00 (Mil euros). Caso a subscrição de Unidades de participação não atinja o montante da oferta inicial de capital do Fundo prevista, este considerar-se-á automaticamente reduzido para o montante de capital efetivamente subscrito. Atualmente, após o aumento de capital, em 28 de abril de 2017, o Fundo tem um capital de €17.153.868,79 a que correspondem 17.367 Unidades de Participação. Após o aumento de capital concretizado em 20 de março de 2018, o Fundo tem um capital de €17.253.976,49 a que correspondem 17.615 Unidades de Participação. Após o aumento de capital concretizado a 27 de novembro de 2019, o Fundo tem um capital de €17.703.885,26 a que correspondem 18.854 Unidades de Participação. Após o aumento de capital concretizado a 11 de novembro de 2020, o Fundo tem um capital de € 18.104.012,64, a que correspondem 20.034 Unidades de Participação.
- b) O Fundo tem a duração inicial de 9 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos de 9 anos.

- c) Menção relativa à solicitação da admissão à negociação em mercado regulamentado ou sistema de negociação multilateral – N/A.
- d) A prorrogação do fundo pode ocorrer por deliberação da Assembleia de Participantes. No caso de se verificar a prorrogação da duração do Fundo, os participantes que pretendem desinvestir após o termo de duração do Fundo inicialmente previsto, poderão fazê-lo através de um pedido de reembolso.
- e) Compete à Sociedade Gestora a convocação da Assembleia de Participantes por aviso publicado com um mínimo de trinta dias de antecedência nos meios de divulgação dos deveres de informação consagrados na lei. Em primeira convocatória, a Assembleia de Participantes poderá deliberar desde que estejam presentes ou representados Participantes que detenham pelo menos dois terços (2/3) das Unidades de Participação do FUNDO e, em segunda convocatória, a Assembleia de Participantes deliberará qualquer que seja o número de Unidades de Participação representado. As deliberações serão tomadas quando aprovadas por maioria simples de votos representados na Assembleia.

Além dos demais atos previstos na lei e no presente Regulamento, dependem de deliberação favorável da Assembleia de Participantes:

1. O aumento das comissões que constituem encargo do FUNDO;
2. A modificação substancial da política de investimentos do FUNDO;
3. A modificação da política de distribuição dos resultados do FUNDO;
4. O aumento e redução do capital do FUNDO;
5. A prorrogação do prazo do FUNDO;
6. A substituição da Sociedade Gestora;
7. A liquidação do FUNDO nos termos legais;
8. A realização de transações com fundos de investimento geridos pela mesma Sociedade Gestora, desde que obtido o acordo de pelo menos 75% dos participantes do Fundo relativamente a cada operação;
9. A aquisição, alienação e arrendamento ou outras formas de exploração onerosa de imóveis do fundo à Sociedade Gestora, depositário ou outras entidades direta ou indiretamente relacionadas com a Sociedade Gestora, desde que obtido o acordo de pelo menos 75% dos participantes do Fundo relativamente a cada operação.

Todas as alterações ao presente Regulamento referidas nos números da alínea f) carecem de aprovação pela CMVM, se legalmente assim for imposto.

A substituição da Sociedade Gestora, deliberada em Assembleia de Participantes, para além de depender de autorização da CMVM, necessita do acordo prévio do Depositário.

- f) Os resultados do FUNDO, determinados de acordo com as regras definidas pela CMVM, nomeadamente quanto à sua contabilidade, são apurados com base no cálculo da diferença entre os proveitos e os custos gerados durante o exercício. Os resultados distribuíveis do FUNDO serão afetados a cada Participante considerando o respetivo número de Unidades de Participação de que seja titular.

Capítulo IX

Regime Fiscal

Tributação do organismo de investimento coletivo

Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”):

O OIC é tributado, a taxa geral de IRC (21% em 2015), sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor. As mais-valias de imóveis adquiridos antes de 1 de julho de 2015 são tributadas nos termos do regime em vigor até 30 de junho de 2015 na proporção correspondente ao período de detenção daqueles ativos até 30 de junho de 2015, enquanto que as mais-valias apuradas com os restantes ativos adquiridos antes de 1 de julho de 2015 são tributadas nos termos do regime em vigor até 30 de junho de 2015, considerando-se, para este efeito, como valor de realização, o valor de mercado a 30 de junho de 2015. O OIC está, ainda, sujeito as taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal. Adicionalmente, pode deduzir os prejuízos fiscais apurados aos lucros tributáveis, caso os haja, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

Imposto do Selo:

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC, a taxa de 0,0125%.

A partir de 1 de janeiro de 2019 as comissões (Gestão e Depositário) suportadas pelo Fundo estão sujeitas a Imposto do Selo à taxa de 4%.

Tributação dos participantes:

No que diz respeito a tributação dos participantes, o regime fiscal aplicável assenta numa lógica de “tributação à saída”. A tributação, ao abrigo do novo regime, incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir de 1 de julho de 2015. Assim, a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa da UP e dada pela diferença entre o valor de realização e o valor de aquisição/subscrição da UP, exceto quanto a UP adquiridas/subscritas antes de 1 de julho de 2015, em que a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa da UP, e dada pela diferença entre o valor de realização e o valor da UP/ação que reflita os preços de mercado de 30 de junho de 2015 (salvo, no caso das transmissões, se o valor de aquisição tiver sido superior).

Em sede de IMT e Imposto de Selo nas aquisições

São aplicáveis as taxas gerais de IMT e imposto de Selo nas aquisições de imóveis pelo Fundo. Em sede de IMI são aplicáveis as taxas gerais de IMI dos prédios integrados no Fundo.

A presente descrição sucinta do regime fiscal do Fundo e dos seus Participantes, não dispensa a consulta da legislação em vigor sobre a matéria, nem constitui garantia de que tal informação se mantém inalterada.

CAPÍTULO X

ESTIPULAÇÃO DO FORO

Para questões emergentes da aplicação deste Regulamento de Gestão, sempre que não seja possível o recurso à arbitragem, é competente o foro da comarca de Lisboa.

MAPA A**Fundos de Investimento geridos pela Sociedade Gestora a 30 de junho de 2021**

Denominação	Tipo	Política de Investimento	VLGF em euros	N.º de Participantes
Valor Prime	Imobiliário	Mais de 75% em Imóveis	267660418.43	17024
Portugal Estates Fund (PEF)	Imobiliário	Mais de 75% em Imóveis	3849294.91	1
Imomarvãs	Imobiliário	Mais de 75% em Imóveis	6592685.85	6
Polaris	Imobiliário	Mais de 75% em Imóveis	4173561.84	1
Montepio Arrendamento Habitacional	Imobiliário	Mais de 75% em Imóveis	23084841.93	1
Montepio Arrendamento Habitacional 2	Imobiliário	Mais de 75% em Imóveis	10765489.56	1
Valor Arrendamento	Imobiliário	Mais de 75% em Imóveis	20579290.13	1
Fundinvest	Imobiliário	Mais de 75% em Imóveis	50525819.70	6
Imourbe	Imobiliário	Mais de 75% em Imóveis	14722657.59	2
Total de 9 fundos de investimento	-	-	401954059.94	-